

O ANTICOLONIALISMO COMO CONSCIÊNCIA HISTÓRICA NACIONAL: O OFÍCIO DE JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES (1946-1987)

ANTICOLONIALISM AS NATIONAL HISTORICAL CONSCIOUSNESS: THE CRAFT OF JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES (1946-1987)

Gabriel Elias Rodrigues de SOUZA

< professor.geo.go@gmail.com / gabriel.aroera@homail.com >

Doutorando em Geografia, PPG em Geografia, IESA, da Universidade Federal de Goiás (UFG), Cidade de Goiânia, Goiás, Brasil

Professor PEII do Ensino Fundamental da Secretaria Municipal de Goiânia, Goiás;

<https://lattes.cnpq.br/9045614504998464>

RESUMO

Este texto explora o legado da obra do historiador e arquivista José Honório Rodrigues para o pensamento geográfico brasileiro. Destaca-se deste processo a produção de discursos espaciais, que são fruto da experiência histórica de sujeitos coletivos. Ao valorizar os movimentos de resistência negra e indígena do Brasil, o autor registra a sua contribuição para o campo de estudos africanos e anticoloniais. Isso se faz por meio do reconhecimento da força de grupos que, a despeito das sucessivas derrotas políticas e sociais sofridas, seguem estruturando redes de solidariedade em escala nacional e mundial. O que importa, nesta análise, é a construção de outro horizonte histórico e geográfico. Ele surge da ressignificação da ideia de patrimônios e arquivos nacionais e pressupõe a defesa de valores até então marginalizados na formação da identidade territorial do país.

PALAVRAS-CHAVE: Anticolonialismo, Consciência histórica, José Honório Rodrigues, Pensamento Geográfico.

ABSTRACT

This text explores the legacy of the José Honório Rodrigues's work, as historian and archivist, to the Brazilian geographic thought. The production of spatial discourses is a result of this process and it is based on the historical experiences of collective subjects. Valuing black and indigenous resistance's movements in Brazil, the author registers his contributions to the field of African and anticolonial studies. This comes after recognizing the strength of groups that, in spite of suffering successive political and social defeats, follow building solidarity networks in a national and global scale. What matters, at this analysis, is the creation of other historical and geographic horizons. It arises from the ressignification of the idea of national heritage and archives and presupposes the defense of marginalized values in the country territorial identity constitution.

KEYWORDS: Anticolonialism, Historical Consciousness, José Honório Rodrigues, Geographical Thought.



1. INTRODUÇÃO

Este texto¹ explora o legado da obra do historiador e arquivista José Honório Rodrigues para o pensamento geográfico brasileiro. Destaca-se deste processo a produção de discursos espaciais, que são fruto da experiência histórica de sujeitos coletivos. Ao valorizar as práticas de resistência protagonizadas pelas populações negras e indígenas, o autor registra a sua contribuição para o campo de estudos africanos e anticoloniais. Isso se faz por meio do reconhecimento da força de grupos que, a despeito das sucessivas derrotadas sofridas no campo político e social, seguem estruturando outras solidariedades e conformando redes com escalas de amplo alcance nacional e mundial.

A expressão política dessas redes de resistência faz-se notar no campo da cultura, onde se formam frinchas territoriais que abrigam intersubjetividades não-coloniais. Essas territorialidades não-coloniais são tomadas como horizontes de metamorfose espacial, que possibilitam a formação de imagens e paisagens políticas singulares. O conteúdo dessas paisagens são utopias e presenças que se articulam por meio de discursos em ação. O que está em jogo, nesta análise, é a construção de outro horizonte histórico e geográfico. Ele surge da resignificação da ideia de patrimônios e arquivos nacionais e pressupõe a defesa de valores até então marginalizados na formação da identidade territorial do país.

Ao tratar sobre a resignificação de Acervos, Museus e Monumentos com a atuação do arquivista e historiador José Honório Rodrigues como diretor do Arquivo Nacional, 1958-1964, a sua contribuição nos estudos arquivístico e historiográfico brasileiro fazemos a partir da pesquisa doutoral sobre o pensamento geográfico no livro “Brasil e África: outro horizonte”, nas edições de 1961, 1964 e 1981, do presente intelectual.

¹ O presente ensaio é escrito a partir da demanda de conclusão da disciplina “Patrimônio Cultural: Resignificação de Acervos, Museus e Monumentos”, cursada no programa de Pós-Graduação em Antropologia Social no ano de 2020, no âmbito do doutoramento em geografia. Este texto foi realaborado para a edição do Iberografias nº 43, que foi apresentado no âmbito do XXII Curso de Verão, do Centro de Estudos Ibéricos, ano 2021, com a composição da discussão teórica sobre o anticolonialismo contextual no pensamento de José Honório Rodrigues, que corresponde ao desenvolvimento da tese de doutorado, iniciado em 2019-2020. Para a presente versão foi revisto conceitos e liames teóricos dos fundamentos metodológicos da escrita, acrescido por referências bibliográficas das suas correspondências, organizadas principalmente por sua esposa, a intelectual e historiadora do direito brasileiro Lêda Boechat Rodrigues.



O texto realiza-se por meio da revisão bibliográfica sobre a trajetória sócio-espacial do autor e da sua obra, em correlação à perspectiva teórica da geografia crítica/radical. O uso de fontes primárias, livros, artigos científicos e jornalísticos, correspondências do historiador e de outros foram acessíveis por meio eletrônico/digital e impresso. Não foi possível ter acesso sob a base do arquivo de José Honório Rodrigues, que localiza-se sob salvaguarda do Instituto de Estudos Brasileiros - Universidade de São Paulo, IEB- USP, e no DELFOS - Espaço de Documentação e Memória Cultural, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

A interpretação sobre as fontes primárias e secundárias realiza-se sob a perspectiva teórica da geografia crítica/radical, sob o viés hermenêutico dos estudos das ideologias geográficas, de Antônio Carlos Robert de Moraes (1996) e do pensamento geográfico, definido sinteticamente como o conjunto de discursos elaborados, propriamente científicos e não-científicos, sobre o espaço, ou que se espacializam.

As ideologias geográficas são definidas como visão de mundo que são elaboradas, herdadas e transmitidas intersubjetivamente, com o lócus analítico sobre o indivíduo, que herda e interage coletivamente. Sob tratamento político é um sujeito sociologicamente constituído. As ideologias são escopos para a constituição da consciências espaciais dos sujeitos individuais e ou coletivos.

A sua organização sob a matéria de discursos verbalizados por meio da escrita compõe horizontes geográficos e ou históricos, como matéria inacaba e presente nas formas-conteúdos do espaço, a destacar a sua paisagem. As ideologias não são tomadas na acepção conceitual de falseamento do real, defendido pelo conjunto de muitos intérpretes marxistas. Segue uma leitura marxiana, pautada na leitura gramsciana.

A dialética entre o simbólico-concreto no espaço, entre a ideia e a ação, entre o indivíduo e a sociedade é interpretado como instâncias do real que se combinam. Uma leitura que parte da geografia como uma totalidade, e assim como reino das possibilidades. Como possibilidades toda sorte e valores, ideias, abstrações e projetos se encontram e são transmitidos como heranças e ou como adaptações às metamorfoses das situações temporo-espaciais.

A metamorfose espacial é compreendida como o cambio radical na paisagem, oriunda da transformação do conteúdo dos valores, como conjuntos de irracionalidades e postulados. Fruto



das experiências históricas sociais e, organizados sob paradigmas morais, que fundamentam-se eticamente. São esses que denotam o pensamento, que influem sobre a sua imagem, no surgimento do complexo sistema das Ideias. Estas no campo da totalidade, é a abstração fundante da imagem do possível, como ação política e cultural, que organiza os projetos, que funcionam como conjunção do real, sob a lei da histórica e da dinâmica espacial, a forjar um período e suas fases subrogadas.

2. O OFÍCIO DE JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES – A RESSIGNIFICAÇÃO DOS ARQUIVOS NACIONAIS

O estudo sobre a relação da vida com a obra de José Honório Rodrigues se realiza desde 1976 com a tese de Raquel Glezer, perpassa por Francisco Iglésias (1988), José Maria Nunes Pereira(1991), Mota (2016), Rodrigues e Mello (1994), Rodrigues e Arruda (1994), Uhiara (2014), Marques e Rodrigues (2017) e Freixo (2018) et alli. Nesses autores podemos encontrar o surgimento do intelectual e do historiador José Honório Rodrigues que

Trabalhou no Instituto Nacional do Livro (1938-1944); no Instituto do Açúcar e do Alcool, como bibliotecário (1945); no Instituto Rio Branco (1946-1956), onde participou da Comissão de Estudos de Textos da História do Brasil (1945-1968); na Biblioteca Nacional (BN), como diretor de Obras Raras e Publicações (1946-1958); e no AN, como diretor (1958-1964). Em 1970, foi nomeado diretor do arquivo da Academia Brasileira de Letras. Faleceu em 1987 (Glezer, 1976; Rodrigues, 1994; Abreu, 2011) (MARQUES e RODRIGUES, 2017)

Da síntese cronológica da vida do autor elenco o seu papel de professor e orientador nas diversas instituições que protagonizou sua atuação. Ele realiza a defesa das instituições públicas como servidor público que era, participando do processo de democratização da informação a partir da formação e capacitação técnica e intelectual de estudiosos e intelectuais dedicadas aos trabalhos de preservação, organização e abertura de acervos em arquivos públicos, em Particular o Arquivo Nacional (MARQUES e RODRIGUES, 2017), papel que pode ser exemplificado com a relação que desenvolveu com a historiadora Beatriz Nascimento, em 1972, quando esta estagiava no Arquivo Nacional, quando esta cursava História na Universidade Federal do Rio de Janeiro, e posteriormente, quando por meio de uma carta recomendação à indica em 1978 para realizar o



mestrado na Universidade Federal Fluminense (RATTS, 2005; 2020).

Parte desse papel formador, que também era como José Honório Rodrigues exercia parte do ofício de professor, é do palestrante que participa como convidado de vários eventos promovidos para a capacitação profissional e debates públicos pelos Centro de Estudos Afro-Orientais, da Universidade Federal da Bahia, CEAO – UFBA; do Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiático, IBEEA; no Centro de Estudos Afro- Asiáticos, da Universidade Cândido Mendes, CEAA – UCAM; no Centro de Estudos Africanos, da Universidade São Paulo, CEA – USP, a partir da década de 1960 até 1981², posto que a partir de 1982 por complicações de saúde se afasta dos círculos públicos de debate. Dessas palestras surgem muitos dos capítulos de suas obras. Apesar de uma intensa vida intelectual e diálogos amplos sobre a formação histórica e historiográfica brasileira a sua obra tem sido pouco estudada (ABREU, 2011).

A sua abordagem histórica pautada em uma pesquisa metódica (ABREU, 2011) sobre acervos dos mais variados, como de jornais, revistas e outros periódicos, cartográficas, atas, legislações obras e periódicos raros e documentos manuscritos como aponta Raquel Glezer (1976) ao consultar o acervo de José Honório Rodrigues, sob salvaguarda atual do Instituto de Estudos Brasileiros - Universidade de São Paulo, IEB- USP, e no DELFOS - Espaço de Documentação e Memória Cultural, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (ABREU, 2011), após o falecimento do historiador em 1987. Este acervo foi organizado e doado pela esposa de José Honório Rodrigues, a intelectual e estudiosa do campo do Direito, Lêda Boechat Rodrigues.

As suas obras há uma diversidade de referências e citações de fontes primárias, para o período com avanços metodológicos como o uso da história oral e dos estudos de memória e patrimônio em suas análises históricas. Bem como uma transversalidade de saberes e campos do conhecimento se entrelaçando para dar conta da complexidade que ele encarava o ofício e o fazer da história e da organização de acervos e a sua manutenção, assim como na feitura da historiografia brasileira.

²A criação de diversos grupos de estudos africanos e afro-brasileiros, a sua institucionalização faz parte do otimismo que diversos ativistas negros e alguns brancos, entre esses José Honório Rodrigues, têm com o processo de descolonização africana, o combate ao apartheid sul-africano, os movimentos dos direitos civis nos Estados Unidos, a organização do Movimento Negro, no Brasil, desde a década de 1920 e 1930 com a Frente Negra Brasileira.



José Honório Rodrigues é marcado por sua posição de intelectual nacionalista e historiador que retoma a linhagem de Capistrano de Abreu, donde a formação histórica do território do Brasil deveria ser compreendida de dentro para fora, do interior para o litoral. O autor é marcado pelo nacionalismo que advoga que “o povo vem-se revelando superior às minorias dirigentes, e às novas personalidades, especialmente as sociais, que buscam substituir as de linhagem” (RODRIGUES, 1961, p. 98). Este povo não é uma matéria amorfa e sem identidade antes são a “verdadeira elite cultural e intelectual” brasileira no sentido sintático e semântico, posto que

A liderança esteve sempre, no Brasil, completada por mulatos e pretos, escritores dos maiores, como Machado de Assis, Gonçalves Dias, Natividade Saldanha, [...] Cruz e Souza, José do Patrocínio, José Maurício, [...] os dois Rebolças, Antônio e André, [...] o diplomata Domício da Gama, o psiquiatra Juliano Moreira, sem esquecer nossos maiores artistas coloniais, o escultor Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho. Muitos deles possuíam a mesma categoria científica e cultural dos melhores espíritos europeus, e acima de brancos arianos, metidos a superiores na Europa, nos Estados Unidos ou na África do Sul. (RODRIGUES, 1961, p. 96).

O seu nacionalismo deflagra-se em oposição à “tradição conservadora” da história brasileira, pautada em uma visão lusófila e freyriana, saudosista, tradicionalista e regionalista, donde se postulava que o elemento português era o fator de amalgama cultural e territorial brasileira, na fala acusativa do próprio autor (FREIXO, 2018). Seu posicionamento teórico e científico é adverso a isso, posto que dedica a compreender o fator africano como componente “civilizador” e amalgama social do Brasil, apontamentos que seguem a perspectiva de uma consciência histórica e geográfica anticolonial, ele afirma “que a mestiçagem não fabrica degenerados, mas campeões mundiais [cita exemplos nas artes e no esporte brasileiro], caso fosse o eugenismo, de que falavam Oliveira Vianna e Fidélis Reis” (RODRIGUES, 1961, p. 99).

O contexto do nacionalismo deflagra-se na arquitetura do pensamento de Rodrigues por combinação com as próprias providências da inteligência brasileira emergente e autonomista, descentrada dos quadros totais de uma burguesia ilustrada e dependente internacionalmente. Mesmo que limitada há a formação de instituições de salvaguarda da memória nacional, advindo da emergência de poder se reivindicar o direito à memória e à identidade que não fosse europeia. Aonde diversos museus nacionais e regionais, por exemplo, são criados. Por efeito



vale registrar que durante a década de 1950, no Brasil, desenvolveram-se experiências inovadoras e com características de(s)coloniais e, possivelmente, mais relevantes para a museologia brasileira do que as referências das metrópoles europeias. Esse é o caso dos trabalhos desenvolvidos por Nise da Silveira (Museu de Imagens do Inconsciente), Darcy Ribeiro (Museu do Índio) e Abdias do Nascimento (Museu de Arte Negra) (CHAVES, 2017, p. 3)

No campo de sua dedicação aos estudos africanos e afro-brasileiros nas relações exteriores se posiciona e é posicionado como um intelectual anticolonialista como aponta José Maria Nunes Pereira (1991),

Se na obra que Gilberto Freyre dedicou ao império colonial português o africano não é o objeto privilegiado de estudo, mas sim o “português” e seu processo “sui generis” de colonização, no Livro de José Honório Rodrigues Brasil e África – outro horizonte o enfoque é totalmente diferente, com concepções claramente anticolonialistas, e o objeto são as relações do Brasil com a África durante cerca de quatro séculos. (p. 67-68)

Zamparoni (1995) reforça a afirmação de José Maria Nunes quando diz que

No que tange à África o primeiro autor brasileiro francamente anti- colonialista foi José Honório Rodrigues. As relações entre Brasil e África são analisadas numa perspectiva histórica, sem mistificações ou preconceitos. Sua obra coincide com o desencadear da luta armada de libertação nacional na Guiné-Bissau e Angola e com a chamada política externa independente levada a cabo pelo governo Jânio Quadros. (p.114)

Nos quadros gerais da produção intelectual além de ser conhecido como anticolonial, também foi percebido como antirracista. Em “Brasil e África: outro horizonte) afirma que

Muitos brancos desses continentes [Europa, América do Norte e África do Sul] que revelam sua idiosincrasia à cor pela pele não teriam qualidades morais e intelectuais para se elevarem à categoria destes homens [as lideranças e população negra do Brasil], apesar de todos os preconceitos a seu favor, facilitando sua ascensão. (RODRIGUES, 1961, p. 97)

Beatriz Nascimento, com quem conviveu, o faz referência em a “história do homem negro” (RATTS, 2020), ao reescrever uma passagem de “Rebeldia Negra e Abolição” como capítulo de “História e Historiografia” (RODRIGUES, 1974): “que a história do negro no Brasil tem sido escrita por mãos brancas”



a História e a historiografia dos anos 1970 (e anteriores) que pouco se dedicavam ao estudo dos quilombos como uma questão específica. Dois “planos de tese” demonstram a persistência do tema concernente aos quilombos (Arquivo, 2018). Além de algumas fontes documentais, a pesquisadora indica os sentidos de quilombo com os quais trabalha: formas de resistência ao sistema escravista, significado ideológico, composição complexa (incluir fugidos e libertos) e continuidade entre quilombos e favelas (sobretudo no caso do Rio de Janeiro).

“Quando cheguei na universidade a coisa que mais me chocava era o eterno estudo sobre o escravo. Como se nós só tivéssemos existido dentro da nação como mão de obra escrava, como mão de obra pra fazenda e pra mineração” (NASCIMENTO, 1989 Apud RATTTS, 2020, no prelo).

Parte da pesquisa consistia em observar – em campo e via documentação – os quilombos como sistemas alternativos à estrutura escravista e tendo um potencial continuidade em favelas, particularmente no caso do Rio de Janeiro (NASCIMENTO, 1981 Apud RATTTS, 2020, no prelo).

Que Anani Dzidzienyo (1970) comenta em seu ensaio A AFRICA VISTA DO BRASIL,

O JB [Jornal da Bahia] publicou um comentário sobre o livro de Rodrigues [Brasil e África – outro horizonte] a 21 de dezembro de 1961. O ponto essencial foi a conexão do Brasil com a África. A Amazônia se relaciona com a África e as fronteiras do Nordeste terminam em Dacar. Nenhum Continente possuiria tantas afinidades geográficas, étnico-culturais e religiosas com o Brasil como a África. Além disso, a África era um mercado potencialmente próspero para os produtos industriais brasileiros. Daí haver uma necessidade urgente de esclarecer a opinião pública brasileira sobre a África e abolir preconceitos do passado [preconceitos da comunidade luso-brasileira em questão]. (p. 90)

A obra Brasil e África: outro horizonte (RODRIGUES, 1961) foi reestabelecimento aos estudos africanos no Brasil (ZAMPARONE, 2007)

A África só reemergiu no Brasil, numa perspectiva das relações internacionais – e anticolonialista – com José Honório Rodrigues em obra que coincidiu com o desencadear da luta armada de libertação nacional na Guiné-Bissau e Angola e com a chamada política externa independente levada a cabo pelo governo Jânio Quadros. (p. 3)

Para José Maria Nunes Pereira, com quem José Honório Rodrigues compartilhou de ideias, mas a ação política contra o colonialismo português na África e no Brasil, tal afirmação



carrega um peso grande, posto ser anticolonialista é ser contra o estabelecimento da ideologia de estado vigente no Brasil, que era a democracia racial e o lusotropicalismo freyriano. Situação que forçou muitos intelectuais se exilarem do Brasil (CARVALHO, 2013). Quando retomamos a descrição intelectual de José Honório Rodrigues percebemos que após 1964, com exceção da Academia Brasileira de Letras, o autor está “distanciado” das instituições acadêmicas de estado e de pesquisa do país, não é possível afirmar se por voluntária ou contra a vontade.

Podemos considerá-lo como um dos pioneiros nos estudos anticoloniais e antirracistas na seara científica e acadêmica brasileira e mesmo internacional, a partir dos pesquisadores e especialistas dos estudos Africanos, unânimes em estabelecer que o trabalho científico no campo da História e da Historiografia, na organização e preservação profissionalizada do Arquivo Nacional Brasileiro o torna de uma só vez anticolonial, por descentrar a episteme geradora da consciência histórica brasileira lusófila, para e em direção ao africanismo e africanidade, mas não somente, um latino-americanismo, terceiro-mundismo, do qual era um traço que unia a todos esses países: posto que o José Honório Rodrigues compartilha uma visão de mundo com os movimentos sociais de então – décadas de 1960 a 1980.

A sua figura torna-se de um intelectual e “homem de cultura” como analisa Marques e Rodrigues (2017) em relação às instituições de salvaguarda arquivística e históricas nacionais.

3. CONSCIÊNCIA NACIONAL E ANTICOLONIAL

Não basta dizer que há uma consciência nacional e ainda anticolonial sobre o pensamento e a escrita de José Honório Rodrigues. Posto que uma sentença com tantos substantivos não pode passar sem refletirmos como estão presentes em uma mesma oração. Porquanto o que torna o nacional em uma questão? Um problema a ser levantado? Milton Santos (2014, p. 62) nos diz que o Estado Nacional é um modelo de organização social que surge para saciar o sistema-mundo calcado na economia capitalista, na expansão do meio científico-técnico. O nacional não é resolvido sob esta afirmação, que se faz mais que verdadeira, mas uma realidade que se naturaliza nas circunstâncias temporais a nos envolver.

O nacional escapole à própria perspectiva do sistema-mundo capitalista se não



permaneceremos na sentença santiana. O próprio Milton Santos (2000) nos permite adentrar ao campo da cultura em contradição à economia do sistema-mundo, para influirmos ao campo do nacional, que não se realiza sem o contínuo e conflituoso processo de institucionalização da cidadania, antes de mais nada, da sua territorialização, que é assim nos países subdesenvolvidos e colonizados, àqueles que foram situados pelo conhecimento científico como “Terceiro Mundo” (SILVA, 1992; SANTOS, 2008), já em desuso por não haver o “segundo mundo”.

O nacional é uma abstração. Uma afirmação vazia. O nacional o é como uma realidade, uma ação manifesta, na verbalização da luta pela cidadania. Não há o nacional, pouco menos a cidadania sem a territorialização do instituto dos direitos, dos códigos e da sua aplicação no espaço que habilita e é a forja de uma sociedade (SANTOS, 1987).

Afirmar que o nacional o é por haver a luta da cidadania não habilita definir, pouco menos compreender o que é o primeiro substantivo e pouco o que é o segundo. Mas conseguimos avançar filiando, sem repetições e mitificações, o primeiro ao segundo, dotando uma possibilidade dúbia entre a identidade (subjetivada e compartilhada) com a institucionalização (os códigos, as leis) dos direitos sociais, a sociedade e a sua moral (SANTOS, 1987).

As leis e a sua institucionalização são as fronteiras estabelecidas que condicionam o comportamento das instâncias culturais como um ato que se apresenta por meio de tensões e intenções, uma espacialização pautada do conflito às relações de poder e hierarquias, a própria dimensão do território como espacialidade geográfica (MORAES, 2001).

A institucionalização de códigos e leis, da “própria moral” de uma sociedade é arbitrária e é manifesta culturalmente, como antígeno e interdição às formas simbólicas cultivadas e alimento da mesma sociedade, às formas abstratas e por sua vez ideais que não limitam sob fronteiras o fenômeno da sociedade como cultura e como espaço geográfico.

A presença de leis marca a fronteira das liberdades manifestas da ação humana, enquanto vontade e desejo. A sociedade é a própria fronteira e o território de manifestação dos indivíduos à ela filiada e da mesma herdeiros. O indivíduo é o prisioneiro da sociedade, mas também o seu antígeno, se extremá-lo é o seu veneno. O indivíduo é criatura e criador da sociedade. Não é um objeto, antes uma presença que é manifesta como fenômeno na história, seletiva e arbitrária, mas uma presença que vive. O indivíduo é uma dualidade histórico-geográfica.



O indivíduo é um interprete e um rascunho da voz da sociedade. Ele encarna e é encarnado com os absolutos situados que se dissolvem na fragmentação dos lugares e sua relativização espaço-cultural, à sua nova absolutização sob égide do atual império da globalização, a qual Milton Santos (2000) denomina de perversa, um reino do individualismo, do exotismo e do excêntrico.

Os Conflitos entre um chamado “eu”, um “nós” e um “todo” parece ser um estudo da psicologia, do “ser interior”, um estudo da cultura sob a psiquê humana (BENIGNO, 2016). O conflito, situado aqui, é antes um trauma forjado como um processo de fragmentação da própria identidade e dos afetos (MOURA, 2019), dos lugares-territórios, que é um instituto formado como consciência entre a cultura e o indivíduo (MORAES, 2000; RATTIS, 2020). Não há apriorismo nisso, há acidentes e experiências, de outra forma não podem ser senão geográficas e históricas. Como geográficas qualificam a situação do indivíduo antropológico-espacial, como histórico institucionalizam-no como sujeito-espacotemporal (BOHLBER, 2007).

A cultura é o laço que amarra e prende fragmentos de lugares e pessoas, que se auto-reconhecem e se diferenciam, tanto no tempo, como categoria físico-social (SAUER, 1998), enquanto espacialmente, situação imanente da presença humana e suas particularidades no planeta Terra (RECLUS, 1985; DARDEL, 1954).

Caminhamos sob generalizações, essas são necessárias para questionar o estatuto da cultura. A cultura é sempre adaptativa, torna-se apta pelos engenhos humanos, torna humanos em sociedades aptas a sobreviver (MARCUSE, 1964). O estudo da cultura é sempre um estudo do conflito. Seja o conflito primordial entre a consciência humana, o humano, e sua alienação e hiato em relação ao cosmos/universo e a sua imagem enquanto natureza (VITTE & SILVEIRA, 2010), seja nas novas convergências entre o estilhaçamento das formas simbólicas e os gêneros de vida das diversas sociedades planetárias (SANTOS, 2012) - históricas e geográficas, seja nas paisagens rugosas que sobrevivem na totalidade mundo. Longe de adentrarmos na seara de discussão sobre culturas históricas e primitivas (BALANDIER, 1976), porquanto não parece substanciar aos problemas que engendram a formatura e inauguração da sociedade brasileira. A ideia de primitivo e histórico, de histórico e anti-histórico não parece responder aos conflitos que forjam a sociedade brasileira, aparenta ser mais uma neblina que paira sobre um rochedo, que é o Brasil como sociedade e nação.



O primordial do Brasil não são as populações que aqui sempre “habitaram”. O primordial nessa instância é o evento do encontro entre culturas (BOSI, 1992), que não ocorreu e não ocorre de forma pacífica. Esse encontro tem diálogos e supressão de falas e suas manifestações como vozes, não abstratas, antes se universalizam como evento e tendência histórica na formação territorial brasileira (MORAES, 1994).

O Brasil é uma ideia que não pode ser considerada como uma pura abstração. Porque o Brasil também é uma imagem que se manifesta sob certos enquadramentos históricos, que são, não outra coisa, verbalizações das políticas de limitação e engendramentos territoriais, em detrimento do que havia, por “suposto” primordialmente. Foi dito que o Brasil é um enquadramento histórico é preciso retificar que é um enquadramento geográfico. O Brasil não se manifesta aleatoriamente. Ele é um projeto (MORAES, 2001; 1994).

O Brasil como uma consciência geográfica e histórica, e mesmo como uma anti- consciência espacial, é um jogo de aparências e determinações. Como aparência se relaciona à sua indeterminação, como possibilidade de ser uma ausência, a se fragmentar a própria consciência dos indivíduos, que são como sujeitos que fabulam, valoram, escolhem e vivem, mas como determinações históricas, dadas como presença das necessidades, que os impelem à tomada de uma consciência técnica da própria vida (MORAES, 1994; 2003; 2015).

O que impele aos indivíduos a tomarem uma consciência técnica para adaptarem a imagem do “cosmos”, a natureza e as suas formas no Brasil? Foi dito que são as presenças das necessidades, que por suposto as vicissitudes naturais impõem aos indivíduos, que por sua vez adaptam-na para manutenção de suas sobrevivências. O problema de uma afirmação como esta é posto como um raciocínio naturalizante dos processos históricos de toda a dimensão social que atravessa a organização espacial e as finalidades oriundas dessa vontade, dadas como arranjos espaciais singulares, a saber a Geografia como uma ciência.

O caso brasileiro dimensiona uma dupla face de uma organização territorial. Se por um lado ele é um projeto, por outro ele é uma irracionalidade, dotado de estereotipações e ansiedades, toda sorte de emoções/transtornos que atravessavam as crenças e o horizonte psicológico europeus quinhentistas, em particular português (RANGLES, 1994; BOXER, 1967; 1973; RODRIGUES, 1961), que sobrepõem arbitrariamente às próprias territorialidades pré-cabralinas,



resistentes contemporaneamente.

Se sua formação se encerra como uma demanda militar-comercial portuguesa (RODRIGUES, 1961; MORAES, 2001), a sua feitura, sua vida ocorre como encontro de horizontes geográficos com toda a sorte de valores que permeavam as sociedades (europeias e africanas) forâneas, enquanto às locais, a saber indígenas atlânticos (RODRIGUES, 1961). O encontro de vidas é o encontro de culturas. O cultivo da vida determina a paisagem das sociedades, o seu espaço e o valor atribuído aos elementos físicos nele situados (MONBEIG, 2004; 2019; SANTOS, 2014).

O projeto militar-comercial português não basta para organizar a sua ação na apropriação e conquista territorial na América, inserindo essas áreas como partes do nascente sistema-mundo capitalista, de feição mercantilista (RODRIGUES, 1961; BRAUDEL, 2012; 2014; MORAES, 2003; 2000). Será no plano das irracionalidades que se expande uma feição, arbitrária, de ser português na América (RODRIGUES, 1961). A sua genética se encontra nas geografias que rondavam como fabulações do horizonte psicológico, seja de eruditos, seja das “pessoas simples”, que são conduzidas por meio de valores que se confrontam com a própria moral que se desenvolve presente e instalada nas novas territorialidades (RANDLES, 1994; RODRIGUES, 1961; DUFFY, 1961; BOXER, 1967).

Essa moral presente, fruto de arbitrariedades, é também plástica. Se no Brasil o seu conteúdo permitiu uma dialética cultural, pela força e pela “paixão”, com a voz portuguesa enunciando todo esse processo como uma consciência histórica, será na irradiação de perda, de falta, de vontades e afetos manifestas como memórias coletivas e individuais dos povos subalternizados nesse processo que ocorrerá a aproximação entre o novo ser dessa formação social com as novas territorialidades, que se tornam em Brasil (RODRIGUES, 1961; RATTI & RIOS, 2010).

A manifestação da sociedade brasileira ocorre como o estopim que se enxameia a partir do conflito entre a imagem que lhe é outorgada no campo histórico e a sua própria ação como realidade territorial, posta que o movimento de seus corpos conduz à diversificação ininterrupta das suas formas-conteúdos, mantendo por sempre em suspense àquela imagem historiográfica, oriunda das irracionalidades colonialistas, e os seus desejos, como está presente no lusotropicalismo freiriano já muito debatido no pensamento social brasileiro e fora.



Tal imagem substancia e incorpora a vontade de ser no território, e ter um lugar, por parte de “herdeiros”, sejam intelectuais ou patrimoniais, de valores ditos, por vezes exagerados, por portugueses e ou “tradicionais e heroicas”, que não têm sentido concreta história e nem mesmo no território (RODRIGUES, 1961; ZUSMAN, 2013; RAIMUNDO, 2000). Mas serve de fabulação e instrumento de discurso para romper a fala dos não-brancos, ou ainda dos que não podem ser totalmente brancos (SHUCMAN, 2010), na sociedade brasileira.

Tal voz essa que se manifesta e, que por razão do “convite ao silêncio” histórico e político, se insurge como ação política e principalmente cultural, aqui temos de destacar o corpo social estranho à ideia de “branco tropical” cunhado a partir de 1930 (FEYRE, 2015), como imagem, forma-conteúdo de elementos autoritários, que buscam amenizar amoral que lhes substanciam as suas manifestações políticas e culturais.

É na dança da cultura e seu canto político que os lugares como geografia se expressam. Nessa dança que as imagens se confundem, mas também é nessa dança que os que sabem dançá-la se manifestam e se auto reconhecem, se combinam e criam suas experiências imaginárias e discursivas, sensoriais (HOLZER, 2003). Nessa dinâmica social que os indivíduos sem cidadania ou de cidadania parcial (SANTOS, 1987) vão se filiando uns aos outros e se selecionando, constituindo lugares e poder sobre as geografias que constituem; está instalado as territorialidades não-coloniais.

A integração entre lugares e as suas dialéticas convivem sempre com o suspense imediato dos herdeiros dos projetos colonialistas, a saber militares-mercantilistas, que substanciam a imagem de novo e país novo (BRAUDEL, 2002) presente na literatura e nos discursos intelectuais brasileiros, principalmente anterior à década de 1980.

Essa dialética e tensão, uma tensão manifesta por meio da valoração hierarquizados lugares (SANTOS, 2012), e a inferiorização territorial racializada, etnicizada (político-cultural) desses (RATTS, 2004; 2007; 2020; 2021; FERREIRA & RATTS, 2016), que são desvalorizados por meio da tecnificação exógena sobre seus lugares, e violentamente agredidos pela propaganda, pela ideologia manifestas nos objetos ordenados nas paisagens produtivas sobrepostas às paisagens criativas (SANTOS, 2012; 2000).

O espaço organizado e hierarquizado por meio dos seus usos e atributos somente, constitui



uma nova natureza do horizonte psíquico, ou uma psicosfera pautada apenas na tecnificação dos lugares, e sua utilidade mercantil-laboral (SANTOS, 2017;2000; 2012; MORAES, 2003; 2015). A ideia de “país novo”, moderno está em choque constante com as sociedades nacionais/locais, que se integraram por meio da dança da cultura e da política na feitura da história nacional. Essas populações multiformes são, antes de mais nada, o elemento criativo do território e a substância integradora dos lugares.

O reconhecimento da manifestação multiforme da cultura e da política como a institucionalização das populações colonizadas e ou inseridas na colonialidade (QUIJANO, 2005) permitirá o primeiro passo para conceituar o anticolonial, posto que a voz dessas populações sejam como o canto da festa e da política são sintomas da vida que os habita, para além do próprio transtorno pós-traumático, que redundou na formação social brasileira, como processo de alienação da liberdade e da esperança, da própria criatividade como faculdades inerentes à ser do humano (MARCUSE, 1964; ARENDT, 2020).

Nesse contexto se encontra José Honório Rodrigues, quando desde a sua teoria da história no início de 1950, perpassando por *Aspirações Nacionais, Brasil e África: outro horizonte*, ainda, *História Combatente* e *História Corpo do tempo* em todos os elementos suprimidos, a voz que se expressa pela cultura e pela luta pela cidadania, substituídos por uma ideologia autoritária arraigada nas formas-conteúdos cristalizadas e imaginadas de uma história heroica, pautada em símbolos masculinos e europeizados advindos do ideal da conquista ibérico-portuguesa da América (CIRQUEIRA, 2015).

O anticolonial em José Honório Rodrigues é a ação de organizar como consciência histórica e geográfica a voz e a memória social das populações colonizadas e despojadas de cidadania plena no Brasil, com destaque às populações negras, descendentes africanas no país.

Essa consciência dá o estatuto de lugar e se insere como sujeitos ativos na sua constituição, não apenas como um apêndice historiográfico, antes como um dos motores dialéticos dos conflitos das sociedades humanas por sua liberdade territorial e por sua ideia de finalidade histórica, que não é outro ponto senão, no caso brasileiro, existir e reexistir diante da alienação do trabalho e autoconsciência espacial.



4. CONCLUSÃO

Concluimos que o nacional como substantivo se espacializa a partir da organização dos lugares, que sob égide da cultura e da política dinamizam a vida da história e dão os contornos do território, que é o próprio corpo do espaço e da história donacional, considerando a sociedade espacializada e organizada institucionalmente como a fronteira do indivíduo e o seu território, do qual se relaciona dialeticamente e interdependente.

O caso brasileiro é o nacional cindido sob a consciência histórica que se aliena do território formado, logo da própria sociedade. Questão que se relaciona com o próprio processo de organização colonial portuguesa na América. Essa ação substitui a psicosfera pré-cabralina e por meio da arbitrariedade constrói um estado alienado de liberdades e valores substanciados na própria existência humana, antes alocado nas coisas e nos símbolos de poder.

Tal consciência historiográfica é uma ideologia autoritária que continua a agir na alienação do manifesto desejo e vontade de verdade histórica, dada a partir das vozes das populações colonizadas e sob a colonialidade, situadas a partir da institucionalidade de uma cidadania ainda por se fazer pronta no Brasil.

A consciência anticolonial é a institucionalização das vozes dessas populações, que se realiza por meio da sua escrita histórica e sua elevação como consciência espacial no processo de feitura territorial e substância dos lugares.

Assim o anticolonial é uma verbalização da vida como história e como lugar geográfico. Onde José Honório Rodrigues desempenha o papel como indivíduo que se coloca fora do campo historiográfico tradicional e se põe por meio da valoração da documentação e da vida social, expressa como cultura e política, de sua época para atuar no Arquivo Nacional e interpretar a história e a emergência de novas fontes históricas, atreladas à própria dinâmica espacial, com destaque para o território em franca metamorfose.

REFERÊNCIAS

ABREU, L.A. de. Histórias da nossa história. *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v. 37, n. 2, p. 319-332, jul./dez. 2011.



- ARENDDT, Hannah. ***A condição humana***. Rio de Janeiro. Forensense Universitária. 2020.
- BOHLEBER, Werner. Recordação, trauma e memória coletiva: a luta pela recordação em psicanálise. ***Revista Brasileira de Psicanálise*** · Volume 41, n. 1, 154-175 · 2007.
- BOSI, ALFREDO. ***Dialética da colonização***. São Paulo. Companhia das Letras. 1992. 412p.
- BOXER, Charles Ralph. ***Race relations in the Portuguese Colonial Empire, 1415-1825***. Oxford/UK: Oxford University Press (Clarendon), 1963; trad. bras. Elice Munerato, *Relações raciais no Império Colonial Português, 1415-1825*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1967.
- BOXER, Charles Ralph. ***Salvador de Sá and the struggle for Brazil and Angola, 1602-1686***. London/UK: Athlone Press, 1952; trad. bras. Olivério M. de Oliveira Pinto, *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.
- BRAUDEL, Fernand. “La larga duración”. ***Revista Académica de Relaciones Internacionales***, Núm. 5 Noviembre de 2006, UAM-AEDRI.
- BRAUDEL, Fernand. CONCEITO DE PAÍS NOVO. ***Revista de História*** 146 (2002), 53-60.
- BRAUDEL, Fernand. la dinámica del capitalismo. ***Breviarios del fondo de cultura económica***. 427. México D.F. 1986 (2014). 35p.
- CARVALHO, Claudia Paiva. Intelectuais, cultura e repressão política na ditadura brasileira (1964-1967): relações entre direito e autoritarismo. 2013. 298 f., il. Dissertação (Mestrado em Direito) — Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- CHAGAS, Mário. Museus e patrimônios: por uma poética e uma política decolonial.
- CIRQUEIRA, Diogo Marçal. Inscrições da racialidade no pensamento geográfico (1880 – 1930). 2015. 216f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Departamento de Geografia. Universidade Federal Fluminense. Niterói (RJ).
- CONCEIÇÃO, José Maria Nunes Pereira. ***Estudos africanos no Brasil e as relações com a África: um estudo de caso o ceaa, 1973-1986***. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.
- DARDEL, Eric. ***O homem e a terra: natureza da realidade geográfica***. São Paulo. Editora Perspectiva. 2011. 176p.
- DÁVILA, Jerry. ***Hotel Trópico: Brasil e o desafio de descolonização africana, 1950–1980***. São Paulo, Paz e Terra, 2011.



DUFFY, James. Portugal in africa. *Foreign Affairs*, Vol. 39, No. 3 (Apr., 1961), pp. 481- 493. <http://www.jstor.org/stable/20029502>.

DZIDZIENYO, Anani. *A África vista do Brasil*. *Afro-Ásia*, n. 10-11, 1970.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Lisboa, Editora ULISSEIA limitada, 1961.

FERREIRA, Danilo Cardoso; RATTS, Alex. Geografia da diferença: diferenciações socioespaciais e raciais/geography of the difference: socio-spatial and racial differentiations. *Revista Geoamazônia*, v. 4, n. 07, p. 97-105, 2016.

FREIXO, André Lima. *José Honório Rodrigues (1913-1987). Os historiadores Clássicos da História do Brasil V. 4*. (Orgs). PARADA, Rodrigues; RODRIGUES, Henrique Estrada. Rio de Janeiro, Editora Vozes. 2018. 353-394.

GLEZER, Raquel. O saber e o fazer na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica. 1976. 241 f. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1976.

HANDLES, W. G. L. *Da terra plana ao globo terrestre: uma mutação epistemológica rápida* (1480-1520). Campinas, São Paulo. Ed. Papirus. 1994. 162p.

HOLZER, Werther. O Conceito de Lugar na Geografia Cultural-humanista: Uma Contribuição Para a Geografia Contemporânea. *GEOgraphia* -Ano V – Nº10 – 2003.

IGLÉSIAS, Francisco. José Honório Rodrigues e a historiografia brasileira. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 55-78, 1988.

LIMA, Ana Luce Girão Soares de; Santos, Paulo Roberto Elian dos. “Para que o Arquivo Nacional seja um arsenal da Administração”: notas sobre a gestão José Honório Rodrigues (1958-1964). *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, n.11, 2016, p.483-502.

MARCUSE, Herbert. *Ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro. Editora Zahar. 1964. 238p.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha; Rodrigues, Georgete Medleg. Um intelectual no arquivo legado de José Honório Rodrigues para a arquivologia no Brasil. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 176-191, jul./dez. 2017.

MONBEIG, Pierre. Capital e Geografia. *Revista Latino-Americana de Geografia Econômica e Social*, Foz do Iguaçu, v. 01, n. 1, p. 071-092, Jul./Dez. 2019.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial*



brasileirano “longo” século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000. 432p.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Bases da formação territorial do Brasil. **GEOGRAFARES**, Vitória, no 2, jun. 2001.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias geográficas: espaço, cultura, e política no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 1996. 156p.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Movilidad y formación colonial. **Revista Transporte y Territorio** /13 (2015) ISSN 1852-717.

MORAES, Antonio Carlos Robert. O Sertão Um “outro” geográfico. **Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica** 4 – 5. 2003

MOTA, Carlos Guilherme. José Honório Rodrigues: a obra inacabada. **Estud. av.**, São Paulo, v. 2, n. 3, set./dec. 1988.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro.** São Paulo. Ed. Perspectiva. 2019. 319p.

MUNANGA, Kabengele. **Passado e presente nas relações África-Brasil.** (Org): Jorge, Nedilson. História da África e Relações com o Brasil. Brasília. 2018.

QUERINO, Manuel. **O colono preto como fator da civilização brasileira.** Salvador, Imprensa Oficial do Estado da Bahia. 1918.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. **Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2005. [12 Quijano.pdf \(clacso.org.ar\)](#)

RAIMUNDO, Sílvia Lopes. Terra conquistada. A pátria de alma bandeirante. **Terra Brasilis (Nova Série).** **Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica**, n. 2, 2000.

RATTS, Aleksandro J. P. As etnias e os outros: as espacialidades dos encontros/confrontos. **Espaço e Cultura.** Rio de Janeiro, NEPEC/UERJ, Nº 17-18, 2004, p. 77-89.

RATTS, Aleksandro J. P. **Eu sou atlântica.** São Paulo, Ed. Imprensa oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kwanza. 2007, 136p.

RATTS, Alex; RIOS, Flavia. A questão étnica e/ou racial no espaço: a diferença no território e a geografia. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 104, p. 1-22, 2020.

RATTS, Alex; RIOS, Flavia. **Em direção aos quilombos: ensaios e artigos** (Org.) RATTS, Alex Rio de



Janeiro, Zahar, 2021.

RATTS, Alex; RIOS, Flavia. **Lélia Gonzalez: retratos do Brasil negro**. Selo Negro, 2010.

RECLUS, Elisée. Geografia. São Paulo. Ed. Ática. 1985. 1999p.

Revista do Patrimônio do IPHAN, nº 25 (2017), pp 121-136.

RIOS, F. Movimento negro brasileiro nas Ciências Sociais (1950-2000). **Revista Sociedade e Cultura**, Goiânia, Vol. 12, N°. 2, jul./dez. 2009, p. 263-274.

RIOS, F. O protesto negro no Brasil contemporâneo (1978-2010). **Lua Nova**, São Paulo. N° 85, 2012, p. 41-79.

RODRIGUES, José Honório. **Aspirações nacionais: interpretação histórico-política**. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira. 1970.

RODRIGUES, José Honório. **Brasil e África: outro horizonte**. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira. 1961.

RODRIGUES, Lêda Boechat. O homem e sua escrita. In: RODRIGUES, Lêda Boechat; MELLO, José Octávio de Arruda. José Honório Rodrigues: um historiador na trincheira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

RODRIGUES, Lêda Boechat; MELLO, José Octávio de Arruda. José Honório Rodrigues: um historiador na trincheira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EdUSP, 2017. 118p.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: EdUSP, 2014. 118p.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**. São Paulo: EdUSP. 2008.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, Milton. **O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania**. (Organização RIBEIRO, Wagner Costa). São Paulo. Publifolha, 2002. 90p.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: EdUSP, 2012.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia nova**. São Paulo. Edusp. 2012.



SANTOS, Milton. **Por uma globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro. Ed. Record. 2017. 236p.

Schneider, Alberto Luiz. Charles Boxer (contra Gilberto Freyre): raça e racismo no Império Português ou a erudição histórica contra o regime salazarista. **Estud. hist.** (Rio J.) 26 (52). Dez 2013.
<https://www.scielo.br/j/eh/a/HPVdhwthKVbVZfdmrrkFjPq/?lang=pt>.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Racismo e antirracismo: a categoria raça em questão. **Revista Psicologia Política**, v. 10, n. 19, p. 41-55, 2010.

SILVA, Armando Corrêa da. **Sujeito e objeto e os problemas da análise**. Boletim Paulista de Geografia - N° 71.

UHIARA, Érika. Ensaio de José Honório Rodrigues: em busca de uma historiografia brasileira. 2014. 113 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual Paulista, 2014.

Vitte, Antonio Carlos; Silveira, Roberison Wittgenstein Dias da. Considerações sobre os conceitos de natureza, espaço e morfologia em Alexander von Humboldt e a gênese da geografia física moderna. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.17,n.3, jul.-set. 2010, p.607-626.

ZAMPARONI, Valdemir. Estudos africanos no Brasil: Veredas. *Revista de Educação Pública*, v.4, n. 5, p. 105-124, 1995.

ZUSMAN, Perla. La geografía histórica, la imaginación y los imaginarios geográficos. **Rev. geogr. Norte Gd.**, Santiago, n. 54, p. 51-66, mayo 2013. Disponible en <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-34022013000100004&lng=es&nrm=iso>. accedido en 31 oct. 2021.
<http://dx.doi.org/10.4067/S0718-34022013000100004>.





SOUZA, G. E. R.
José Honório Rodrigues e a consciência histórica
| Artigo

Submissão: 24 de outubro de 2022

Avaliações concluídas: 02 de março de 2023

Aprovação: 28 de novembro de 2023

COMO CITAR ESTE ARTIGO?

SOUZA, Gabriel Elias Rodrigues de. O Anticolonialismo como consciência histórica nacional: o ofício de José Honório Rodrigues (1946-1987). Revista *Temporis(ação)*: periódico acadêmico de conexões multidisciplinares em Educação e Ensino da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Cidade de Goiás; Anápolis. V. 24, N. 02, p. 01-22, jul./dez., 2024. Disponível em: <<http://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/issue/archive>> Acesso em: < inserir aqui a data em que você acessou o artigo >